

A família, penhorada, agradece

Programa busca reduzir violência doméstica, oferecendo assistência inédita na ressocialização do agressor

Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. No dia-a-dia do cidadão comum, o ditado popular exprime respeito. Mas, quando a questão envolve o Estado, não pode haver omissão. Para combater a violência intrafamiliar, o GDF inaugurou, em 1º de março, no Fórum de Samambaia, o Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica, que prevê atendimento familiar, psicológico, jurídico e social.

A expectativa, segundo a presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, Tânia Maria Pereira Queiroz, é de que pelo menos cem famílias sejam atendidas mensalmente. Este trabalho é estimulado pela Organização das Nações Unidas e foi um dos temas abordados na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada

em Beijin (China), em 1995. Tânia lembra que há centros similares no Canadá e na Austrália, mas com atendimento menos amplo.

A unidade instalada no Distrito Federal presta serviços especializados à mulher e às famílias vítimas de violência doméstica. A novidade, como enfatiza a presidente do conselho, está no fato de o agressor também ser assistido pelos profissionais da equipe multidisciplinar, visando sua ressocialização. Psicólogos, assistentes sociais e advogados formam cinco grupos, cada um atendendo 20 famílias.

— A idéia é desenvolver a auto-estima, construir respeito mútuo e eliminar práticas e atitudes nocivas às relações conjugais e à dinâmica familiar saudável — explica Tânia.

As famílias atendidas na unidade são encaminhadas pela Casa Abrigo à

Defensoria Pública e ao Conselho dos Direitos da Mulher. O trabalho conta com o apoio das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e de Proteção à Criança e ao Adolescente e dos conselhos tutelares.

Auto-estima recuperada na Casa Abrigo

As facilidades proporcionadas para denunciar agressores fizeram com que o número de atendimentos na Casa Abrigo crescesse. Em 2002, 112 mulheres e 209 crianças e adolescentes foram atendidos. No ano passado, esse número aumentou para 116 mulheres e 223 crianças. Até fevereiro deste ano, 36 mulheres e 79 crianças passaram pela unidade. De acordo com Tânia Queiroz, a vítima de agressão, por lei, só pode ficar no centro por três meses.

— Mas, há casos específicos. A situação sempre é avaliada por uma

equipe multidisciplinar, que pode determinar a dilatação do prazo.

A Casa Abrigo resulta de programa do GDF desenvolvido pelo Conselho dos Direitos da Mulher e monitorado pela Secretaria de Ação Social. Uma espécie de refúgio, espaço de segurança e garantia de defesa e proteção a mulheres, crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica e sexual. — Fazemos todo o possível para que as vítimas de violência readquiram a auto-estima e a cidadania, além de tomarmos medidas no âmbito jurídico, como pensão alimentícia, separação de corpos e ações de proteção da vida — revela a presidente do Conselho. **Crianças e adolescentes são as maiores vítimas**

Estudos apontam que casos de abuso sexual incestuosos atingem principalmente meninas entre sete e dez anos. No DF, segundo dados do

escritório regional do Laboratório da Criança e do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 542 casos de violência contra a criança e adolescente foram registrados em 2002. Foram 156 ocorrências de violência física, 21 de violência sexual, 41 de violência psicológica e 323 notificações de negligência.

Criada pela Lei 434/1993 e regulamentada pelo Decreto 22.949/2002, a Casa Abrigo tem como objetivo proporcionar segurança e proteção, oferecendo "meios para que as vítimas vençam o medo e denunciem os seus agressores, uma vez que esse é um mecanismo de alto alcance social no combate à violência".

— Essa ação governamental afirmativa é um valioso investimento na construção de um futuro promissor às mulheres, que merecem ser reconhecidas como cidadãs.